

II SEMANA DO BARROSO

(Salto – 24 a 26 julho 2015)

Exmo. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Está V^a Ex^a em Salto, terra do gado Barrosão. Uma espécie originária do Norte de África mais propriamente da Mauritânia – dizem os entendidos – e que chega até nós através das várias rotas migratórias estabelecidas pela atividade mercantil dos muitos povos que à Península Ibérica chegaram e de que só resta um pequeníssimo núcleo, hoje, com algumas extensões ao Minho, mas confinado essencialmente à zona planáltica do Barroso, que lhe deu o nome, e onde terá encontrado as condições necessárias e preferenciais à sua permanência e perpetuação.

Distingue-se das demais pela ostentação e graciosidade da sua armadura projetada em forma de lira. Mas também pelas formas harmoniosas e características organoléticas inigualáveis da carne que chega hoje à mesa de muito poucos e que no século VIII tinha honras de atravessar os portões do palácio da Corte de Inglaterra.

De olhar meigo e doce é cada exemplar carinhosamente batizado pelos seus proprietários a quem dão nome próprio. E o povo na sua imensa propensão ou vertente patriótica chama-lhe “a nossa raça” uns, “a raça portuguesa”, outros.

Frugal na forma como se alimenta adapta-se assim, na perfeição, à agricultura de montanha que por estes lados prevalece.

E é do seio desta espécie que os bois lutadores, verdadeiro emblema e marca identitária das terras de Barroso, provêm.

São os bois das chegadas. É o boi do povo.

Essa extrapolação antropológica da força e do querer de um povo que se revê no seu boi, a quem destina os melhores lameiros e trato para que cumpra as funções de bom lutador e melhor reprodutor que por decreto popular lhe cabem.

E que as gentes de Barroso veneram e consagram na toponímia, na heráldica, na torre sineira da corte onde o boi pernoita e que Miguel Torga sabiamente diviniza considerando-o um “Deus com cornos e testículos”.

Mas porquê esta festa do gado Barrosão?

Primeiramente porque está sob a ameaça das carnes “low cost” que invadem o mercado nacional, importadas sabe-se lá de onde e que, chegam à mesa dos portugueses ao mesmíssimo preço das carnes de qualidade por nós produzidas, do que resulta deixarem os agricultores do Barroso em precaríssimas condições.

Depois, ou em segundo lugar, porque falamos de uma marca comercializada pela certificação DOP e cujo processo de valorização e de afirmação comercial estratégica importa implementar por forma a que a marca seja protegida dos abusos ou banalizações vulgarmente encontrados Portugal abaixo e a alavanquemos como seguro de vida dos produtores envolvidos na sua criação.

E a estratégia de que agora falo tem de começar por aqui.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

E Salto, que muito justamente se arvora e envaidece em ser o solar da raça, tem de ser quem primeiro tem de empenhar-se e dar o exemplo. Talhantes e restauração têm de fechar portas às outras espécies. Assim se faz com a arouquesa, a mirandesa, a maronesa, a cachena ou a alentejana que são a elite das carnes nacionais. E criar-se-á um elemento ou fator de diferenciação que originará fluxos contínuos por parte dos apreciadores da boa mesa que procurará a terra para degustação servida na bandeja da confiança e que é condição essencial para a credibilização do produto.

Em terceiro e último lugar, porque é também esta a forma de o Município homenagear os bravos e resistentes produtores de Salto que nunca optaram por espécies de crescimento rápido e consequentemente de proventos e proveitos acrescidos.

É a pensar neles e no futuro da terra que este evento tem lugar. E aos vaidosos criadores de gado da raça barrosã, guardiões deste nosso património ambulante, anuncio desde já que em reconhecimento do esforço patriótico de preservação deste património irá o Município de Montalegre incluir no próximo orçamento uma verba que contemple um subsídio por nascimento para esta espécie emblemática.

Digamos que à falta de meninos, subsidiam-se os vitelos.

Já não vamos a tempo de corrigir erros históricos como os que se cometeram quando se deixou cair a raça no limite da ameaça de extinção ou como quando se fez à raça Barrosã o que os reis de Portugal e Espanha fizeram com a divisão do mundo das descobertas.

Mas é sempre tempo de cerrar fileiras em defesa do que ainda resta e que hoje, antes que divida, tem de unir Montalegre e Boticas.

Senhor Secretário de Estado,

Falei da raça para que V^ª Ex^ª perceba melhor como faz sentido termos V^ª Ex^ª, prestigiado membro do governo de Portugal, entre nós.

Sai daqui valorizado porquanto terá ficado a saber coisa que, porventura, desconheceria.

E o tempo ocupado na abordagem à carne barrosã é o tempo em que procurei aliviá-lo dos discursos lamechas e protestativos que ocupam normalmente as sessões a que as exigentes funções de governação vos obrigam.

Sou neste contexto dos que consideram que os tempos difíceis que atravessamos, as desigualdades em que nos movemos, ou as incertezas de que o nosso futuro coletivo é feito, são culpa de todos nós.

Dos governos, dos políticos, dos autarcas. Mas e também do povo que nunca soube fazer do voto ou da autoestima a arma para um maior rigor, exigência e objetividade no traçar de desígnios para Portugal.

Ora não há desígnio que resista aos crónicos laxismos na abordagem ao princípio número um da política e que consiste em fazer-se o que tem de ser feito.

Vou assim numa pincelada relembrar a V^ª Ex^ª as coisas que todos sabemos que têm de ser feitas mas a que ninguém ousa deitar mãos.

Vive-se no país a tragédia dos incêndios que vêm em crescendo e que a todos envergonha.

Se hoje são o que são imagine-se a proporção que irão ter quando nas nossas aldeias já não morar ninguém e nos quartéis de bombeiros não haja voluntários para os combater.

É o cenário a que o despovoamento do território nos leva e que governos, autarcas e povo em geral há muito tínhamos obrigação de ter previsto e tentado obviar.

Que fazer agora então para remediar ou inverter o curso de tamanha desgraça?

É tão só fazer-se o que tem de ser feito.

Nos idos anos de 40 e 50 do século passado o Estado Novo investiu na agricultura e na floresta. Distribuiu terras e deu casa a quem no território se quis fixar para ajudar a combater os desequilíbrios de balança comercial que abalavam a economia do país. Florestou também os montes ditos comunitários ou baldios cujas espécies são, tristemente, as que agora alimentam que por sua vez alimentam – ao jeito de publicidade gratuita – os noticiários televisivos.

Retomar a aposta da agricultura e da floresta no respeito pelos pilares da sustentabilidade económica, ambiental e social é a única forma de fixar os jovens à terra e abrir os caminhos do futuro para os territórios ditos de baixa densidade. Para tal, urge, ainda que seja pela via das sesmarias ou da expropriação, dar início ao processo complicado do emparcelamento ou reestruturação fundiária.

A agricultura é uma atividade económica essencial à sobrevivência dos povos e jamais pode continuar a ser feita no quadro bucólica da forma do lameiro e da enxada às costas.

Há que ter visão e dimensionar a propriedade. Para que as máquinas nela entrem e a tornem produtiva e rentável e à terra seja dada a função social que lhe cabe.

É este o desígnio a que temos todos, em conjunto, de deitar a mão e de imediato implementar. Se o fizermos – e é pena que o Portugal 2020 o não contemple – os milhares de escravizados nos restaurantes de Londres regressarão para se envolverem na atividade em que foram iniciados e de que gostam sobremaneira. E os muito milhares de técnicos desempregados encontrariam nas tarefas de elaboração de cadastro e da reestruturação fundiária a oportunidade que a república teima em não dar-lhes.

Termino com uma referência ao quadro comunitário que ora se inicia e de que V^a Ex^a foi um dos principais mentores. Pela primeira vez – há que dizê-lo – se criam mecanismos de majoração para os territórios ditos de baixa densidade. Há aqui uma louvável diferenciação que embora tímida e insuficiente para, no curto prazo, ajudar à correção dos desequilíbrios instalados na sociedade mas que não deixa de ser reveladora de uma clara intenção em alterar o trajeto que conduziu ao esvaziamento do território.

Louva-se o propósito. Só que não chega.

E preciso maior audácia e ir mais longe.

Submissos a Bruxelas e orgulhosos da condição de aluno quando temos de aspirar a ser mestres nunca nos anos de permanência na União acionámos uma única derrogação em defesa da nossa frágil economia; subscrevemos um Acordo de Parceria que, a menos que seja reprogramado, nos vai obrigar a devolver montantes significativos lá para o final do Quadro Comunitário que agora se inicia. A esta falha na conceção genérica soma-se o propósito mais ou menos escondido de vermos o Estado a autofinanciar-se em matérias quase diria residuais como seja o financiamento das refeições escolares.

Aguardamos assim com preocupação o desenvolvimento do quadro comunitário particularmente nas incidências que o mesmo possa ter na dinamização do mundo rural.

Para a floresta do território, fileira importantíssima para a sobrevivência e sustentabilidade do mundo rural sobrar muito pouco. E o anacronismo de a vermos protegida com medidas palacianas como a que impõe nos terrenos sujeitos ao regime florestal um afastamento de 50m ao limite da propriedade em zonas de minifúndio onde a construção agrícola tem de comprimir-se enche-nos a todos de ridículo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O ciclo urbano da água fecha a oportunidade de as Câmaras se candidatarem à remodelação de redes de água ou construção de Etar's ou ramais de saneamento.

Fica de fora as Águas de Portugal a mostrar um rabo de engorda para o que lá mais para diante se verá.

A eficiência energética mais parece um investimento ou fonte de rendimento para o Estado quando põe os aderentes a suportar uma percentagem significativa dos ganhos. Não dá continuidade a projetos iniciados de baixo do chapéu de quadro estratégico anterior o que faz com que a principal saída de Montalegre para a A24 fique com o adorno de uma lindíssima ponte sem encaixes da estrada que os municípios de Chaves e Montalegre reclamam e a servir de chacota dos vizinhos galegos que vão rir-se e desdenhar da nossa incapacidade em traçar desígnios.

Não há modelos perfeitos e também o Quadro que aí vem o não será. É bom, muito bom injetar dinheiro na economia na perspetiva do crescimento e do emprego de que precisamos como do pão para a boca. Como é igualmente bom a aposta nas universidades enquanto fontes de pesquisa e do saber onde tudo se alavanca. É bom ter-se posto um ponto final no desperdício, no desvario ou na fachada.

Para o Portugal profundo, onde nós estamos, e onde se requer especial atenção sobrarão proporcionalmente muito pouco e de tal me lamentei. Por cá continuaremos a resistir. Jamais nos calaremos aos desmandos venham eles de onde vierem. Como jamais condescenderemos com os que fazem de conta que Portugal existe e para ele olham de soslaio.

Salto, 24 de julho de 2015

O Presidente da Câmara
Manuel Orlando Fernandes Alves